

Depois de quase 30 anos de “jejum” de eleições presidenciais, finalmente o povo brasileiro pôde escolher o seu dirigente máximo. Mais de 80 milhões de brasileiros acorreram às urnas para assinalar a sua opção para o cargo mais ambicionado dos últimos tempos. Apurados os votos de 17 de dezembro de 1989, pudemos constatar que, mais uma vez, a direita triunfou e, com isso, o povo brasileiro perdeu a oportunidade de testar a esquerda no poder. É bem verdade que os poderes de um presidente no Brasil de hoje, encontram-se razoavelmente limitados pela atual Constituição. Contudo acreditamos que, enquanto não ocorrer o plebiscito previsto para 1993, o presidencialismo poderá exercer o seu charme de tentar reviver os seus dias de glória. Com a legitimidade assegurada pelas urnas, o presidente eleito poderá liderar o difícil momento político brasileiro.

E é exatamente essa a chance que a esquerda deixou escapar por entre as mãos. Dissolveu-se no ar a possibilidade de se mostrar um enfoque diferenciado às principais questões nacionais.

Por exemplo, uma das bandeiras mais caras à luta dos que querem um Brasil mais democrático é a do ensino público e gratuito em todos os níveis. E ensino de boa qualidade. Essa meta está diretamente relacionada à questão das verbas destinadas à educação. E o percentual de verbas depende do compromisso político e das prioridades estabelecidas pelo programa econômico do governo.

Aí vem o grande desafio de como tratar as questões educacionais e culturais nesse momento de altas taxas inflacionárias, de juros altos e de uma dívida que drena recursos e divisas para o exterior. O analfabetismo teima em seus altos patamares. A evasão e a repetência não cedem terre-



no. O acesso à escola e à universidade continua difícil para a maioria do povo. O salário do educador prossegue em declínio. A qualidade do ensino se deteriora. A pesquisa falece. A esse quadro desolador acrescenta-se o risco permanente da privatização e do ensino pago, apontados por alguns como solução.

Com isso agiganta-se a necessidade da clareza para lutar pelos direitos de um povo que se quer remido de sofrimentos seculares. A saúde, o emprego, o salário, a habitação e as oportunidades educacionais e culturais nunca se encontraram em posição tão crítica como hoje.

Há que se modificar essa situação. É urgente que se assegure o direito de exercício da plena cidadania ao povo brasileiro. E para isso não bastará o mero cumprimento da nova Constituição. É preciso muito mais que isso. A luta pela transformação da estrutura da sociedade deve prosseguir, pois sabemos que os compromissos da direita, até aqui, nunca tiveram as cores do povo: o matiz sempre foi desenhado pelo lápis multicolor das multinacionais e pelo capital estrangeiro.

Sabemos também que poder eleger um presidente é respirar um pouco mais de democracia, mas não é a solução de todos os problemas. Agora é que se começa um novo caminhar. E há que se tomar muito cuidado para não se lamentar a direção.

José de Castro